

A TRÍADE SEXO-GÊNERO-SEXUALIDADE NO DISCURSO ELOCUTIVO E PERFORMATIVO

Daniel Mazzaro - letrasdaniel@yahoo.com.br

Doutor em Linguística e Professor Adjunto do ICHL, UNIFAL-MG

RESUMO: Este trabalho tem como propósito analisar a tríade sexo-gênero-sexualidade do ponto de vista discursivo e como ato de fala. Tomando como base principalmente os Estudos *Queer* desenvolvidos por Judith Butler, será feito um aprofundamento na questão discursiva na qual eles se apoiam e se referem quando afirmam que esses elementos da identidade humana são atos elocutivos e performativos, ou seja, a construção e manutenção dessa tríade são feitas no discurso. No que diz respeito ao campo discursivo, tomamos como fonte as leituras de Hugo Mari sobre os atos de fala de J. L. Austin, e as discussões a respeito dos atos elocutivos e performativos feitas por Patrick Charaudeau no quadro da Teoria Semiociológica. Para esses autores, os atos performativos, enquanto atos de fala, são, antes de tudo, um objeto social, uma vez que são proferidos em circunstâncias que incluem a presença do outro que é, de algum modo, informado de sua existência. Já os atos elocutivos são aqueles nos quais os sujeitos falantes enunciam seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição. Após cotejamento teórico a que submetemos os estudos e teorias supracitados, observamos que o gênero nunca foi explicitamente elocutivo, pois ao tomar a forma de um ato constativo, acaba referindo-se a um discurso “já-dado”, naturalizando, dessa forma, a performatividade a que se submete a construção das identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Atos de Fala. Estudos *Queer*. Sexo-Gênero-Sexualidade.

No campo da subjetividade, não existe distância fenomenológica entre o que se é e o que se diz que é. Somos o que dizemos que somos ou o que nos disseram que somos ou deveríamos ser.
(COSTA, 1995, p. 36)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1950, Douglas Howry, William Roderic Bliss e Gerald Posakony desenvolveram um maquinário que tornou possível que vissemos através da pele humana e enxergássemos, dentre outras coisas, o feto de uma grávida. Embora a técnica da ultrassonografia para esse fim tenha se impulsionado apenas na década de 1980, o que antes deveríamos esperar o parto para constatar, a partir dessa época já pudemos tirar algumas dúvidas sobre a formação fisiológica do ser que ali se encontra. Entre tantas possibilidades do que compreendemos pelo corpo de um humano, o destaque que o ultrassom possui na população em geral é, inevitavelmente, descobrir o sexo.

Mas o que é o sexo? O sexo é algo que constatamos a olho nu (ou pelo ultrassom)? Para Costa (1995), o hábito de falar de sexo como algo que imediatamente se percebe vem da respeitável ideia de que o sentido das palavras encontra-se na realidade ou na natureza da coisa que ela designa. Nessa filosofia, o sexo (e também o gênero) possui uma substância independente e anterior ao discurso. Isso significa que em todo e qualquer lugar do planeta Terra, e em todas as eras em que existiram os *Homo sapiens*, existem e existiram homens e mulheres.

Parece que não é bem assim. Um exemplo a se pensar é a tribo Sambia, de Nova Guiné, que tem o sêmen como elemento cujo valor determina a ordenação moral das práticas sexuais. Para um Sambia, “o que ordena as práticas sexuais entre os sujeitos é o sêmen como princípio da vida, e não a ideia de sexo” (COSTA, 1995, p. 95). Dessa forma, ao analisar essa tribo, o fundamental não é descrever as preferências dos sujeitos quanto aos objetos de atração sexual, mas sim precisar quais os tipos de interações físicas, afetivas ou espirituais implicadas no circuito de produção de distribuição do esperma. Como consequência, podemos notar que um sujeito Sambia moralmente responsável e moralmente valorizado é aquele que se coloca no momento certo e no lugar certo na cadeia de circulação do sêmen. Primeiramente, os meninos adquirem o sêmen dos homens adultos por meio da felação, o que lhes permitirá crescer, adquirir força e estocar sêmen para procriar futuramente na relação com mulheres e transmiti-lo a outros meninos no futuro. Em uma segunda etapa, as mulheres também recebem o sêmen dos homens pela felação, a fim de preparar as condições de geração e nutrição dos fetos e dos bebês, além de produzir o leite materno. Na terceira etapa, o sêmen é transmitido pelo coito vaginal com vistas à procriação.

Como podemos falar de sexo nessa cultura? Aliás, como falar de distinção de sexo? Falar disso soaria, provavelmente, muito estranho para os Sambia. Talvez, como defende Costa (1995), seria estranho para eles se alguém tivesse nojo ou vergonha de praticar a felação, mas dizer sobre o mesmo/outro sexo poderia ser uma divisão no mínimo “desnecessária”.

Algo parecido podemos observar na Grécia Antiga. Não podemos falar de sexo como hoje falamos, mas de *afrodisia*, que eram os prazeres, e *eros*, que se manifestava de diversas formas: entre homens e homens, mulheres e mulheres, homens e mulheres, humanos e animais, deuses e homens, humanos e elementos naturais. A pederastia era o nome que se dava ao *eros* entre homens e homens, mas não é sinônimo de *homossexualidade*, exatamente porque estava mais relacionada a uma ascensão na carreira política que realmente uma busca pelo prazer e pela felicidade na identidade sexual.

Como explica Costa (1995), o que singularizava o sujeito na Grécia Antiga era, na verdade, seu desempenho público na *polis*, e não suas aventuras internas e sentimentais. E tanto é assim que os papéis na atuação desse *eros* estava estabelecida também por questões sociais: considerava-se, na época, que os homens que possuíam uma alma esforçada e valor e caráter viris buscavam seus

semelhantes, ou seja, outros de valor e caráter viris. Assim, os gregos, de forma geral, consideravam o amor pelos garotos jovens “perfeitamente compatível com uma identidade viril” (ZANOTTI, 2010, p. 17, tradução nossa), o que redundava no fato de, o que hoje chamamos de *sexo*, para eles, situava-se em uma oposição diferente: aquela que se dá entre sujeito ativo e sujeito passivo, na qual o ativo é o homem, o passivo que não é homem (a mulher) ou quem ainda não o é (o jovem). “Para os homens, a passividade era um momento de transição, uma espécie de iniciação. Como consequência, os únicos atos que se censuravam eram aqueles nos quais o papel passivo era desempenhado por um adulto” (ZANOTTI, 2010, p. 17, tradução nossa).

Onde se localizam, então, o sexo, o gênero e a sexualidade? Esses termos, embora tradicionalmente sejam definidos como diferentes, estão imbricados e, pelo que foi exposto até agora, também estão em cheque.

Parece pertinente concluir que a tríade sexo-gênero-sexualidade é fruto da percepção humana, ou melhor, da ciência humana, que variou ao longo dos tempos e das culturas. Mas como é possível chegar ao ponto de hoje, quando usamos esses termos, conseguir ser compreendido? Essa é a finalidade deste texto: analisar o sexo desde o ponto de vista discursivo e como ato de fala. Não se trata de uma perspectiva inédita, mas sim de uma releitura dos estudos *Queer* desenvolvidos por Judith Butler, e com um aprofundamento na questão discursiva a que ela se apoia e se refere para dizer que o gênero é elocutivo e performativo¹.

2 SEXO E GÊNERO SÃO ATOS DISCURSIVOS

Ao desenvolver suas considerações sobre gênero, sexo, sexualidade, corpo e sujeito, Judith Butler relê inúmeros trabalhos e pesquisadores que se debruçaram nos assuntos e, ao fazer questionamentos e ligações, acaba sugerindo alguns caminhos pertinentes.

Por exemplo, ao retomar os estudos de Monique Wittig, Butler conclui que a discriminação linguística do “sexo” assegura a operação cultural e política da heterossexualidade compulsória. Essa relação de heterossexualidade não é nem recíproca nem binária. O sexo, na verdade, é uma interpretação política e cultural do corpo, não existe a distinção sexo/gênero em linhas convencionais. O masculino, dessa forma, não seria sexo, mas o dado natural. A marcação aconteceria apenas com a mulher. E se pensarmos linguisticamente, não é por esse caminho? As palavras que encontramos no dicionário estão, quando há dois gêneros, no masculino, exatamente porque a marcação morfológica de gênero é a feminina, e o masculino é sinônimo de *universal*.

¹ Concordamos com Judith Butler quando afirma que sexo e gênero (e conseqüentemente também a sexualidade) são radicalmente interdependentes. Como veremos, a cultura do sistema da heterossexualidade compulsória e naturalizada fez do sexo e do gênero construções culturais “fanstamáticas” que demarcam e definem o corpo.

Retornando ao sujeito social, Butler (2010) considera que o gênero sempre esteve embutido no sexo, e o sexo, por sua vez, mostra ter sido gênero desde o princípio. Não há, portanto, diferença entre eles. Ela compreende, das leituras de Wittig, que o sexo “é discursivamente produzido e difundido por um sistema de significações opressivo para as mulheres, os gays e as lésbicas” (BUTLER, 2010, p. 165). Mais especificamente, “categorias discursivas como ‘sexo’ são abstrações impostas à força ao campo social, as quais produzem uma realidade de segunda ordem ou ‘retificada’” (BUTLER, 2010, p. 165-166), o que reforça o domínio sociodiscursivo do fenômeno, já que a percepção “direta” e “natural” do sexo foi modelada historicamente e de forma violenta. Nesse sentido, o sexo é o efeito de realidade (ou de factualidade) de um processo violento, dissimulado por esse mesmo efeito. E como resume Butler (2010, p. 166), o sexo, como discursivo e perceptivo, “denota um regime epistemológico historicamente contingente, uma linguagem que forma a percepção, modelando à força inter-relações pelas quais os corpos físicos são percebidos”.

De fato, para Wittig (1990), a mentalidade heterossexual é responsável pela interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da língua e de todos os fenômenos subjetivos. Essa opressão é que justifica, por consequência, o domínio do homem sobre a mulher, a diferença entre os sexos, o inconsciente, o desejo e o gozo, para citar algumas das significações da heteronormatividade. E sendo essa a mentalidade “correta”, não se pode conceber uma cultura, uma sociedade onde a heterossexualidade não ordenaria não apenas todas as relações humanas, mas também a sua própria produção de conceitos e todos os processos que escapam à consciência.

Partir dessas considerações para estabelecer uma relação mais direta com a linguagem não é tão complicada: “o poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela”, uma vez que a linguagem “pressupõe e altera seu poder de atuar sobre o real por meio de atos elocutivos que, repetidos, tornam-se práticas consolidadas e, finalmente, instituições” (BUTLER, 2010, p. 169).

Segundo Charaudeau (2010), o ato elocutivo é aquele no qual o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição. Dessa forma, o enunciador desvela a sua própria posição, sua avaliação e suas emoções. Como consequência, observamos uma enunciação que tem como efeito modalizar subjetivamente seu enunciado que se encontra implícito no discurso e o interlocutor não é implicado. O ponto de vista do mundo, nesses termos, pode ser especificado como:

- a) do modo de saber (de que maneira o locutor tem conhecimento de um propósito),
- b) de avaliação (de que maneira o sujeito julga o propósito enunciado),
- c) de motivação (a razão pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do propósito referencial),

- d) de engajamento (grau de adesão ao propósito),
- e) de decisão (estatuto do locutor e o tipo de decisão que o ato de enunciação realiza).

O discurso sobre o sexo, dessa forma, parte do discurso hegemônico e aceito daqueles que falam “nós somos assim”, “eu sou assim” ou “ele/ela/aquilo é assim”, como costuma ser o discurso médico, acadêmico, jurídico etc. Essas construções da linguagem transbordam um modo de saber naturalizado que disfarça a avaliação, quer dizer, não é dito como opinião e se executa como obrigação para si mesmo e para o interlocutor, já que é transmitido como algo “normal”. O grau de engajamento, portanto, não poderia ser de desacordo, pois não existe, para o locutor, a possibilidade da negação: é tudo proclamado como voz única, correta e natural.

A respeito da tríade da qual estamos tratando, Costa (1995) defende que a concepção de sexo, tal como temos hoje, é relativamente recente. Até meados do século XVIII, a sexualidade humana era monopolar e a mulher era entendida como sendo um homem invertido. O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva era um prepúcio e a vagina era um pênis. Dessa forma, do ponto de vista científico, só havia um “sexo” mais ou menos bem-sucedido em sua evolução, e a mulher era um representante inferior de um sexo cujo nível máximo de realização aparecia no corpo do macho. Ainda nesse século, surge o modelo bipolar do sexo devido, principalmente, à polêmica cultural em torno da natureza e da função da mulher na sociedade. Antes disso, portanto, a diferença entre mulheres e homens era percebida, mas não era explicada pela diferença originária de sexos. Aliás, sexo era a palavra usada para designar apenas os órgãos reprodutores, e a forma cultural de distinguir os gêneros masculino e feminino dispensava o recurso à diferença dos sexos. Parece que, com a mudança do parâmetro científico no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, quando a nova imagem da mulher trouxe à tona a discussão da diferença de gêneros, os termos *gênero* e *sexo* se fundiram, surgindo a ideia da diferença de sexos entendida como bissexualidade original e não como hierarquização de funções de um só sexo físeo-anatômico.

Retomando as construções de linguagem, embora hoje tenhamos um discurso politicamente correto para resignificar o posicionamento dos excluídos das normatizações sociais, isso não impede que existam pessoas que ainda pensem que a heterossexualidade é o caminho certo e natural do ser humano. Assim, alguns dos pontos de vista supracitados devem ainda ser considerados quando falamos da construção do gênero.

No entanto, o que mais esclarece o fato não é que antigamente todos que produzissem esses atos elocutivos estivessem aptos, no mundo extralinguístico, para pronunciá-los, e sim o fato de repeti-la como um meio de expressar poder. Os atos de fala, como esclarece Mari (2001), são, antes de tudo, um objeto social, uma vez que são proferidos em circunstâncias que incluem a presença do outro que é, de algum modo, informado de sua existência. Além disso, por mais que

os atos sejam construídos a partir de uma intervenção direta do locutor, eles são essencialmente orientados para o outro, o que os torna “um objeto que requer um processo interativo por necessidade” (MARI, 2001, p. 95). Isso significa que os atos de fala envolvem questões como os interesses que movem as relações entre os interlocutores, as normas sociais às quais esses interlocutores se submetem, a natureza de compromisso que o que foi dito mantém com a realidade (entendida como um modo de compreender o mundo), além de outras questões que se assentam à consciência do enunciador que possui marcações sociais. Essas marcações não são inatas, mas percebidas devido ao alto grau de reiteração.

Butler (2010) defende a ideia de que, pela repetição, o ato elocutivo deixa de ser uma construção subjetiva e passa ao campo do factual, o que fortalece a naturalidade no caso do gênero. Isso talvez explique a necessidade de algumas feministas considerar que seria preciso entender que os homens não nasceram com a faculdade do universal e que, ao nascerem, as mulheres não foram reduzidas ao particular. Porque, na verdade, o universal tem sido, e é continuamente, em todo momento, apropriado pelo homem. Ou seja, o discurso falocêntrico, que não é e nem foi necessariamente mantido apenas pelos homens, é até hoje sustentado como o natural, o reto e o universal, e os que não se encontram nesse discurso, os chamados *queers*², são desviados.

Butler (2010, p. 48 – destaque da autora) complementa que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”. Essa performatividade a que se refere Butler está relacionada, em sua origem, aos atos performativos propostos por Austin (1962), segundo o qual os *enunciados performativos* (também chamados *realizativos*), desde o ponto de vista gramatical, são orações declarativas e não podem ser qualificadas como verdadeiras ou falsas, mas como adequadas ou inadequadas. Por meio dos enunciados performativos, o falante não está meramente registrando um estado de coisas, transmitindo uma informação, ou descrevendo uma ação, mas, na verdade, está fazendo-a. Esses enunciados são usados para levar a cabo diferentes tipos de ações, mais ou menos ritualizadas ou convencionalizadas como, por exemplo, em um batismo de um barco (“Eu batizo este barco com o nome de *Nina*.”). O ato performativo deve ser considerado, portanto, em termos de sua eficácia, de seu êxito ou fracasso e dos efeitos que produz. Por isso, Austin reforça o aspecto de que as palavras devem ser ditas nas circunstâncias apropriadas, pois, caso contrário, a emissão e o ato realizado podem fracassar de maneiras especiais. No caso do batismo do barco, por exemplo, se a pessoa que diz “Eu batizo este barco com o nome de *Nina*” não tem o poder para fazê-lo, o ato seria nulo.

² Para uma reflexão sobre o termo *queer*, sugerimos a leitura do último capítulo de *Bodies that Matter* On the Discursive Limits of “Sex”, de Judith Butler.

No entanto, como observa Charaudeau (2001), a performatividade não está inscrita na língua e, em muitos casos, ocorrem realizações de atos enunciativos sem que a fórmula linguística utilizada os descreva de algum modo. O que antes, na teoria de Austin, deveria estar marcado por verbos ditos performativos, como *prometer, ordenar, permitir, declarar, perdoar* etc., atualmente percebe-se que não é necessário. Charaudeau (2001, p. 33) cita o caso de um presidente de sessão que, para declarar que ela está aberta, diz apenas um simples “Bom!” ao invés de, por exemplo, “Eu declaro esta sessão aberta”. Assim, a performatividade não é um fenômeno da língua, mas um fenômeno que diz respeito à encenação do ato de linguagem com seus dois circuitos (externo e interno³) e os sujeitos envolvidos (parceiros e protagonistas).

Vejamos, então, os sujeitos envolvidos. A condição que determina, segundo Charaudeau (2001), que o sujeito falante tenha o poder de executar o ato que ele descreve em sua enunciação depende da relação contratual que existe no circuito externo, entre os dois parceiros EUC (sujeito comunicante) e TUi (sujeito interpretante). Esse dois sujeitos estão implicados no jogo que lhe é proposto por uma relação contratual que depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem, desafio que contém uma expectativa de que o ato de linguagem vai ser bem sucedido. Além dessa relação contratual, o EUC deve levar em conta se o TUi tem a capacidade para *poder fazer* o que lhe é sugerido pelo ato de fala, senão não haverá, efetivamente, performatividade.

Derrida (1991) amplia essas considerações ao rever o ponto de vista de Austin (1962) de que a possibilidade das infelicidades constitui uma possibilidade estrutural, que o fracasso é um risco essencial das operações consideradas. Se tomarmos o exemplo do batizado de uma criança, apenas o padre pode pronunciar as palavras e jogar a água benta em certa ordem cronológica com uma criança levada pelos pais (ou uma pessoa que se apresenta por espontânea vontade) para que o batizado se realize. Mas isso não é um rito? O rito não é uma eventualidade: é uma iterabilidade, traço estrutural de qualquer marca⁴. O que torna o ato *não falho* são os elementos do contexto. Mas

³ Na Teoria Semiolinguística, lançada por Charaudeau, o ato de linguagem é um fenômeno que combina o *dizer* (lugar da instância discursiva, da encenação - é um circuito interno) e o *fazer* (lugar da instância situacional onde ocupam os responsáveis deste ato - é um circuito externo). Nessa interação, observa-se um motor que seria o princípio do jogo: “jogar um lance na expectativa de ganhar”. Dessa forma, todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem.

⁴ Para Derrida (1991), qualquer signo supõe certa ausência (do objeto que representa ou daquele pra quem se dirige o signo, por exemplo). E, para ser inteligível, toda comunicação precisa ser repetível, iterável na ausência. Já que toda comunicação é regulada por um código, que pode ser até mesmo desconhecido ou não-linguístico, ela se constitui, na sua identidade de marca, pela sua iterabilidade, no limite de qualquer “sujeito” empiricamente determinado. Isso significa que não há código que seja estruturalmente secreto; logo, a possibilidade de repetir, isto é, identificar as marcas, está implícita em qualquer código, oral ou escrito, para que seja algo comunicável, transmissível, decifrável, iterável por um terceiro.

quais são as consequências do fato de um possível risco ser *sempre* possível, quer dizer, um risco constituir de qualquer modo uma *possibilidade necessária*?

Refazendo a pergunta: quais são as possibilidades de um fracasso de um performativo ser, na verdade, a condição inerente à sua mesma forma de enunciado, signo ou marca? De fato, Austin (1962) exclui de suas análises dos performativos as situações de citação do performativo, os casos nos quais se repetem a enunciação ritual performativa em contextos diferentes do “ordinário”, quer dizer, não fala daqueles contextos nos quais não se cumprem as condições de convencionalidade que assegura sua efetividade aos atos performativos. E é exatamente esse que parece ser o caso da tríade sexo-sexualidade-gênero, pois, se toda enunciação performativa pode ser “citada”, reiterada, não poderíamos compreender que “constatar” o gênero, o sexo e a sexualidade de alguém não é, na verdade, *fazê-los* a partir de uma repetição do discurso ideológico presente nos termos usados para designar os sexos, as sexualidades e os gêneros?

Eis que surge a relação entre o ato elocutivo e o performativo: dizer sobre o gênero nunca foi explicitamente elocutivo enquanto expressão de opinião. Pelo contrário, ele toma a forma social de um ato constativo, por exemplo, quando um casal vê em um resultado de ultrassom o sexo do feto e diz: “É um menino” ou “É uma menina”. Nesse momento, o casal usa de seus conhecimentos (ou reproduz os do médico) e reconhece um fato do qual dizem limitar-se a observar da maneira mais exterior e mais objetiva possível. É fato, nessa constatação, que, pelo ultrassom, posso ver anatomicamente o feto e posso, portanto, distinguir a existência de um pênis ou de uma vagina. Mas, como explica Charaudeau (2010, p. 91 – destaque do autor), “é claro que o simples fato de expressar uma ‘constatação’ é uma maneira de *tomar conhecimento* dessa existência (*‘agora eu sei por experiência própria’*) mas é também uma maneira de significar que ele se *recusa a avaliar* (*‘Eu não julgo, eu constato’*)”. Sua constatação vem, na verdade, de um discurso anterior, que estava “aí” antes de ele existir: quem tem pênis é homem e quem tem vagina é mulher. Com o tempo, apagaram-se suas origens e, com a repetição, tornou-se naturalizada.

Se é fato dizer que quem possui pênis é homem e quem possui vagina é mulher, outras associações ao pênis-homem e vagina-mulher também foram colocadas como naturais, como o modo de usar esses órgãos e com quem usá-los, ideia que podemos concluir das palavras de Costa (1995) presentes nesta seção do texto. Se tudo isso é *considerado* natural, quando alguém diz “É um menino” ou “É uma menina”, mais que constatar, está exprimindo uma *expectativa* com base em discursos anteriores. Eis então que o ato de fala do gênero, do sexo e da sexualidade acumula o elocutivo e o performativo. Falar sobre a tríade (ou suas formas de atuar no mundo) é um ato performativo que vem, em partes, camuflado de elocutivo, uma vez que esse poder de executar o ato que o sujeito falante pronunciou ao seu interlocutor é dado como natural e correto.

Mas como isso poderia ser transportado para o mundo extralinguístico? Butler (2010) considera que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. Dessa forma, sexo e gênero são os meios discursivos e culturais pelos quais a “natureza sexuada” é produzida e estabelecida como anterior ao discurso, anterior à cultura.

Em uma entrevista, Butler explica que

assim como nenhuma materialidade anterior está acessível a não ser através do discurso, também o discurso não consegue captar aquela materialidade anterior; argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale a dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite. (PRINS & MEIJER, 2002, p. 158)

Seu ponto de vista baseia-se na desnaturalização corpórea enquanto invocação da natureza como modo de estabelecer limites necessários para a vida gendrada. No lugar, Butler revela o caráter constitutivo das construções discursivas e mostra que as condições sob as quais os corpos materiais, sexuados, tomam forma estão relacionadas à sua existência, à possibilidade de serem apreendidos e à sua legitimidade.

Não há como negar que existem experiências primárias como comer, sentir dor e morrer, mas essas referências não são completamente construídas na linguagem. No caso do sexo, do gênero e da sexualidade, Butler (PRINS & MEIJER, 2002) defende o ponto de vista de que não existe um acesso fora do efeito linguístico, efeito linguístico esse que não é o mesmo que o referente que não consegue capturar.

O gênero, dessa forma, demonstra ser performativo, ou seja, constituinte da identidade que pretende ser. Ele é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia: um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem; a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero. A linguagem é, na verdade, um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como “fatos” (por isso dizemos, também, que são efeitos de factualidade), e a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. A “nomeação” do sexo é “um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual”

(BUTLER, 2010, p. 168). Dessa forma, somos obrigados a corresponder, tanto em nossos corpos como em nossa mente, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós.

Assim, o poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela. Como a linguagem implica e modifica seu poder de agir sobre o real por meio de atos elocutivos que, reiterados, tornam-se práticas concretizadas/materializadas e, finalmente, instituições, Butler (2010) considera que não existe um “eu” fora da linguagem, fora do discurso (ou anterior a eles): a identidade é uma prática significativa, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam sua atividade⁵.

Há, portanto, “apenas um pegar as ferramentas onde elas estão, sendo esse próprio ‘pegar’ facultado pela ferramenta que ali está” (BUTLER, 2010, p. 209). Essa metáfora significa que existem possibilidades discursivo-performativas, mas elas são dadas de antemão pelo próprio discurso. Além de não existir tanta liberdade de expressão, essas ferramentas a serem usadas são construções fantasísticas impostas ao corpo como naturais. E como não existem de verdade, o que fazemos (todos nós, sem exceção) o tempo todo é uma *performance* de gênero sempre de forma paródica. *Paródia* aqui pode ser entendida no sentido de “algo que não é um exemplo correto ou aceitável de alguma coisa”⁶, pois o que encontramos são imitações “reais” que tentam alcançar um modelo inexistente fora do discurso (consideraremos aqui como “irreal”) e o máximo que alcançam são efeitos de realidade. Existe, portanto, uma impossibilidade de tornar-se “real” e de encarnar o “natural”. O original, o autêntico e o real são eles próprios constituídos como efeitos.

Nesse sentido, o agente é diversamente construído no e através do ato. No caso do gênero, ele é esse ato, e existe no discurso. O ato repetido constitui o gênero e o sujeito genérico. Logo, a identidade é uma prática, e uma prática significativa, já que os sujeitos são efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. Por isso, quando se diz que o sujeito é constituído, isso significa dizer que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais “governam a invocação inteligível da identidade” (BUTLER, 2010, p. 209). Assim, o sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador. Pelo contrário, trata-se de um processo de

⁵ A ideia de não haver um “eu” fora da linguagem e tampouco, portanto, por trás do ato, está inspirada na proposta de Nietzsche (2002, p. 17): “Assim como a plebe distingue entre o raio e o seu esplendor como uma ação do sujeito raio, assim a moral plebeia distingue entre a força e os efeitos da força, como se detrás do homem forte houvesse substratum neutro que fosse ‘livre’ para manifestar ou não a força. Mas não há tal substratum, não há um ser por detrás do ato; o ato é tudo. O que a plebe faz é desdobrar um fenômeno em efeito e em causa”. Para mais detalhes, ver a seção “2.3- Ensaio Aberto” em Almeida (2016).

⁶ Definição dada pelo *Dictionary of Contemporary English*. Harlow: Longman, 2004. Para mais detalhes a respeito da apropriação do conceito de paródia feita por Judith Butler, recomendamos a leitura de Rodrigues (2012).

regulação da repetição que ao mesmo tempo se oculta e impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos que “fazem” a substância.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste texto, refletimos sobre a teoria de que a identidade de gênero é o efeito de um contexto sócio-histórico refletido no discurso por meio de atos elocutivos. Aliás, como pudemos ver, sexo e gênero (e conseqüentemente também a sexualidade) são radicalmente interdependentes, já que a cultura do sistema da heterossexualidade compulsória e naturalizada fez desses termos/elementos construções culturais “fantasmáticas” que demarcam e definem o corpo, até mesmo aquele que ainda repousa no útero.

A relação com o discurso que Butler tenta mostrar ao longo de seus textos é a de que toda identidade é, na verdade, uma citação e, portanto, está sempre condenada ao fracasso. Por ser uma citação, a identidade está separada entre a singularidade de cada citação-enunciação e um contexto determinado, além de possuir um caráter de repetição. A identidade, inclusive, é excessiva com respeito a essa mesma citação concreta, e esse caráter aberto lhe permite operar como norma ideal que regula cada uma de suas encarnações nos indivíduos concretos.

Essa norma, entretanto, não pode se realizar jamais em nenhuma dessas performances que, ao mesmo tempo, são as próprias encarnações. Isso acontece devido ao fato de haver uma distância irreduzível entre a norma que rege a atuação e a atuação regida por essa norma. Ademais, toda identidade estabelece um “fora” além dos limites que constituem sua interioridade. Esse “fora” constituinte, no caso do gênero, são os órgãos sexuais/genitais e suas “expectativas” que (de)marcam, desde o início, as identidades.

Se o gênero nada mais é que um ato performativo contextualizado em um ambiente heteronormativo, isto é, que aprendemos compulsivamente a ser heterossexuais, de onde surgem, por exemplo, os homossexuais? A questão é que a homossexualidade não é bem uma falha no ato performativo, mas sim uma prova de que as condições dos atos performativos são, na verdade, possibilidades, são lances nos jogos, como diria Charaudeau (2010). É precisamente o caráter ritualístico de todo performativo de gênero basear-se no fato de seu caráter repetível e de responder a um código reconhecível (corporal ou não), que faz com que ele não seja redutível a nenhum contexto determinado, embora deva sempre ocorrer em algum contexto determinado.

Dado o excesso no performativo com relação à situação concreta na qual se enuncia, o gênero nunca é um acontecimento que responde a uma lógica que se esgota na enunciação. Pelo

contrário, está excedido pela cadeia de repetições nas quais o ato performativo se inscreve e possibilita sua efetividade. Isso quer dizer que

o enunciado performativo está constitutivamente separado entre, por um lado, a singularidade que lhe confere o contexto determinado pelo qual adquire seu significado e, por outro lado, um “algo mais” que excede tal contexto e lhe concede seu caráter iterável, o qual, simultaneamente, lhe permite funcionar em outros contextos diferentes adquirindo significados diferentes. (CÓRDOBA, 2003, p. 6 – tradução nossa).

Assim, o caráter de repetição do performativo tem a possibilidade de efetuar uma ruptura com o próprio contexto original de produção e de funcionar em contextos diferentes. O significado do performativo, então, não é determinável *a priori* e pode modificar-se em cada um desses contextos.

Esse pensamento faz jus ao que escreveu Simone de Beauvoir (1967, p. 7): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Diríamos mais: ninguém nasce mulher, homem, heterossexual, homossexual etc., mas se faz assim. Discursivamente.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniel Mazzaro Vilar de. **Performatividades gays**: um estudo na perspectiva brasileira e argentina. 2016. 359 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BEAUVOIR, Simone. Infância. In: _____. **O Segundo Sexo II**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 9-65.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**: On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo *et al* (orgs.). **Análise do Discurso**: Fundamentos e Práticas. Belo Horizonte: FALE UFMG / Núcleo de Análise do Discurso, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

CÓRDOBA, David. Identidad sexual y performatividad. **Athenea Digital**, Barcelona, Espanha, n. 4, p. 87-96, otoño, 2003. Disponível em <<http://atheneadigital.net/article/view/n4-cordoba/87-pdf-es>>, acesso em: 10 mar. 2017.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: _____. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991. p. 349-373.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estruturas. In: _____ *et al* (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: FALE UFMG / Núcleo de Análise do Discurso, 2001. p. 23-38.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Genealogia da Moral**. Tradução de Joaquim José de Faria. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, RJ, n. 10, p. 140-164, abr. 2012. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/download/2328/2032>>, acesso em: 11 mar. 2017.

WITTIG, Monique. The Straight Mind. In: FERGUSON, R.; GEVER, M.; MINH-HA, T. T.; WEST, C. (Eds.). **Out There: Marginalization and Contemporary Cultures**. New York: The New Museum of Contemporary Art, 1990. p. 51-57.

ZANOTTI, Paolo. **Gay: la identidad homosexual de Platón a Marlene Dietrich**. México: Editorial Fondo de Cultura Económica/Turner, 2010.

Title

The sex-gender-sexuality triad in the elocutive and performative discourse.

Abstract

This paper aims to analyze the triad sex-gender-sexuality not only in a discursive manner but also as a speech act. Based mainly on Judith Butler's Queer studies, this paper will deepen the discursive question in which they are established and referred, when they claim that these elements of human identity are elocutionary and performative, that is, the construction and maintenance of this triad occur in the discourse. Regarding the discursive field, our sources are the readings of Hugo Mari about J. L. Austin's acts of speech, and Patrick Charaudeau's discussions on the elocutionary and performative acts in the Semiolinguistics Theorie framework. According to these authors, the performative acts, whilst acts of speech, are, nevertheless, a social object, once they are uttered in circumstances that include the presence of the other, which is, somehow, noticed of its existence. On the other hand, the elocutionary acts are those in which the speakers word their point of view about the world, without implicating the interlocutor in a particular positioning. After undergoing the study and the above-mentioned theories into a theoretical comparison, it was observed that gender was never explicitly elocutionary because when transforming itself into a constative act, it will refer to an 'already given' discourse, consequently shifting the performativity of the identity construction into natural phenomena.

Keywords

Discourse; speech acts; queer studies; sex-gender-sexuality.

Recebido em: 28/03/2017.

Aceito em: 20/04/2017.